



-----ATA NÚMERO TRÊS/DOIS MIL E DEZOITO-----

---ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO MARCO DE CANAVESES
DE 24 DE FEVEREIRO DE 2018 -----

---Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, pelas nove horas e trinta minutos, nesta cidade do Marco de Canaveses, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito no Largo Sacadura Cabral, reuniu a Assembleia Municipal, sob a Presidência de **Jorge Francisco Vieira**, coadjuvado por **Bruno Daniel Sousa Caetano**, Primeiro Secretário, e **Maria Gorete Lopes Pinheiro**, Segunda Secretária, com a seguinte Ordem do Dia: -----

---PONTO UM – Período de Antes da Ordem do Dia. -----

---PONTO UM, PONTO UM – Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária do dia vinte e nove de dezembro de dois mil e dezassete. -----

---PONTO UM, PONTO DOIS – Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nos termos do art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e de acordo com o n.º 1 do art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

---PONTO DOIS – Período de Intervenção do Público, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e n.º 3 do art.º 18.º e dos art.º 21.º e 27.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

---PONTO TRÊS – Período da Ordem do Dia. -----

---PONTO TRÊS, PONTO UM – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município. -----

---PONTO TRÊS, PONTO DOIS – Apreciação e deliberação sobre a proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal. -----

---PONTO TRÊS, PONTO TRÊS – Eleição de dois representantes da Assembleia Municipal (Efetivo / Suplente) para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamentos de Centros



de Saúde (ACES) do Tâmega I – Baixo Tâmega, de acordo com o art.º 31.º alínea b) do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2013, de 7 de outubro. -----

---PONTO TRÊS, PONTO QUATRO – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação da denúncia dos contratos interadministrativos de Delegação de Competências nas Freguesias. -----

---PONTO TRÊS, PONTO CINCO – Informação de Alerta precoce de desvios – n.º 1 do art.º 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Informação relativa ao ano de 2016 – Tomada de conhecimento. -----

---PONTO TRÊS, PONTO SEIS – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação do Regulamento do Concurso Nova Identidade do Município do Marco de Canaveses. -----

---PONTO TRÊS, PONTO SETE – Informação sobre os compromissos plurianuais face à autorização prévia, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA. Tomada de conhecimento. -----

---PONTO TRÊS, PONTO OITO – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação da Proposta de Organização dos Serviços Municipais – Moldura Organizacional – 1.ª alteração; Organização dos Serviços Municipais – Estrutura Orgânica Flexível – 1.ª Alteração; Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Marco de Canaveses – 1.ª alteração; 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal 2018 (art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho). -----

---PONTO TRÊS, PONTO NOVE – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação da composição do Conselho Municipal de Educação do Marco de Canaveses para o quadriénio 2017/2021. -----



---PONTO TRÊS, PONTO DEZ – **Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação da 1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para o Ano Económico 2018.** -----

---PONTO TRÊS, PONTO ONZE – **Apreciação e deliberação de adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM).** -----

---Pelas nove horas e trinta minutos, o Presidente da Assembleia Municipal mandou proceder à contagem, tendo sido dados como presentes, de acordo com o mapa já rubricado, os seguintes membros: -----

---Jorge Francisco Vieira, Fernando Luís de Sousa Machado Soares Vales, Bruno Sérgio Moreira Caetano, Maria Estela Vieira Freitas, Joaquim Teixeira Monteiro da Rocha, Maria Gorete Lopes Pinheiro, Gil Fernando Mendes Rodrigues, Bruno Daniel Sousa Caetano, Nuno Vítor Diogo Pinto, Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira, Mário Luís da Silva Monteiro, Ana Maria Madureira Ferreira, Susana Maria Machado Loureiro, Leandro Manuel Vieira de Queirós, Américo Ricardo Ribeiro Moreira, Manuel Fernando da Costa Vieira, Isabel Maria Barbosa Madureira, Marta Alexandra Regadas de Sousa, Célia Cristina Barbosa Monteiro da Costa, Luís Carlos Soares Vieira, José Pedro Pinto dos Reis, Luciano Filipe Cardoso Costa, Abílio Moreira de Castro, António Adão da Silveira Monteiro, Joaquim Eduardo Mendes da Silva, João Ricardo Rebuge Pereira (Substituto legal do Presidente da Junta de Freguesia de Tabuado, José Fernando de Barros Barbosa, de acordo com a alínea c) do n.º 1 e alínea b) do n.º 2 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), Miguel João Teixeira Carneiro, Domingos Manuel Soares Dias, Manuel Azevedo de Sousa, Ricardo Manuel da Silva Soares, Nelson Toni Moreira Coelho, Eduardo Celso Machado de Queirós Santana, Joaquim Miguel Magalhães Queirós, Susana Raquel Vieira Pereira (Substituto legal do Presidente da Junta de Freguesia de Penha Longa e Paços de Gaiolo, José Leitão do Couto, de acordo com a alínea c) do n.º 1 e alínea b) do n.º 2 do art.º 18.º da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 03
REALIZADA EM 24/02/2018

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), António da Costa Pinto, Maria José Pinto Cerqueira e Fernando Joaquim Teixeira Monteiro. -----

----Faltaram os Membros da Assembleia Municipal, José Fernando de Barros Barbosa e José Leitão do Couto. (1). -----

----O plenário contou com a presença do Executivo da Câmara Municipal: Cristina Lasalete Cardoso Vieira – Presidente, Mário Bruno da Silva Magalhães, Vice-presidente, Paulo Jorge da Silva Couto, Vereador em regime de permanência, e Vereadores em regime de não permanência, Paula Alexandra Rabaçal Marques, José António Carvalho Soares da Mota, Carla Manuela de Abreu Massa e Babo Ribeiro e Paulo Ramalheira Teixeira. -----

----Iniciando a sessão com trinta e sete (37) membros, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Jorge Francisco Vieira**, depois de cumprimentar todos os presentes, informou que se iriam realizar três atos de tomadas de posse, pelo que deu a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, **Bruno Daniel Sousa Caetano**, que a fim de proceder à sua instalação como membros desta Assembleia Municipal, chamou **Manuel Fernando da Costa Vieira**, **Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira**, para preenchimento das vagas, por ausência inferior a trinta dias, dos membros **César Baltazar Pereira Fernandes** e **Ana Cristina Mendes Cordeiro de Matos Valente Couto Ribeiro** e a fim de proceder à instalação como substituto legal nas faltas e impedimentos do Presidente da Junta de Freguesia de Penha Longa e Paços de Gaiolo, chamou **Susana Raquel Vieira Pereira**. -----

----Após a leitura dos termos de posse feita em voz alta pelo Primeiro Secretário, **Bruno Daniel Sousa Caetano**, e da prestação do juramento de honra, foram os mesmos assinados, e o Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, considerou-os instalados, nos termos do disposto no art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e nos termos do n.º 2 do art.º 54.º do Regimento da Assembleia Municipal. Nos termos da alínea c) do



n.º 1 e alínea b) do n.º 2 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do n.º 2 do art.º 54.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal entrou de imediato no **Ponto Um** da Ordem de Trabalhos. -----

----**PONTO UM, PONTO UM – Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária do dia vinte e nove de dezembro de dois mil e dezassete.** -----

----O Presidente da Mesa informou que nos termos do n.º 3 do art.º 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participam na deliberação desta ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que esta respeita, sendo estes: **Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira, Manuel Fernando da Costa Vieira, Domingos Manuel Soares Dias e Susana Raquel Vieira Pereira.** -----

----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Jorge Francisco Vieira**, deu a palavra à Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, **Maria Gorete Lopes Pinheiro**, que esclareceu o plenário sobre pequenas correções à ata, das quais foi dado conhecimento a todos os membros, através do correio eletrónico. -----

----Não havendo inscrições para intervir por parte do plenário, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Jorge Francisco Vieira**, submeteu de imediato à votação o **Ponto Um, Ponto Um** da Ordem de Trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por **maioria** com trinta e dois (32) votos a favor, um (01) voto contra, e zero (00) abstenções. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Célia Cristina Barbosa Monteiro da Costa** (PPD/PSD), fez chegar posteriormente à Mesa uma declaração de voto com o seguinte teor: -----

----*Declaração de voto – Eu, Célia Cristina Barbosa Monteiro da Costa, deputada municipal do grupo parlamentar do PSD, venho por este meio fazer uma declaração de voto.* -----

----*No ponto três, ponto um, da ata da Assembleia de vinte e nove de dezembro de dois mil e*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 03
REALIZADA EM 24/02/2018

dezassete, referente à apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal, onde se lê “Repudiando a insinuação de que tal decisão estaria relacionada com o comportamento da Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão...” deve ler-se “comportamento da população”, uma vez que na minha intervenção não me referi a qualquer comportamento da referida instituição (página trinta e dois, linha dezasseis). -----

---Marco de Canaveses, 24 de fevereiro de 2018 – Célia Cristina Barbosa Monteiro da Costa. ---

---PONTO UM, PONTO DOIS – Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nos termos do art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e de acordo com o n.º 1 do art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

---Abertas as inscrições para o ponto supracitado, inscreveram-se os membros da Assembleia Municipal cujas intervenções são em seguida resumidas. -----

*---O Membro da Assembleia Municipal **Manuel Fernando da Costa Vieira** (PS), no uso da palavra, fez referência a duas obras emblemáticas construídas com dinheiros públicos, o edifício da Cruz Vermelha e a nova casa mortuária, ambas situadas na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão. Estando as duas obras concluídas, questionou as razões pelas quais ainda não foi dada aos edifícios a utilização prevista. -----*

*---O Membro da Assembleia Municipal **Joaquim Teixeira Monteiro da Rocha** (CDS-PP), apresentou o seguinte voto de pesar: -----*

*---Voto de Pesar – Considerando que no passado dia 10 de fevereiro de 2018 faleceu o Senhor **Abílio Carneiro Ferraz**, que foi, ao longo de vários mandatos, Presidente da Junta de Freguesia de Magrelos e membro desta Assembleia Municipal, com grande dedicação à causa pública. -----*

---Propõe-se que esta Assembleia Municipal aprove um voto de pesar pelo seu falecimento, a ser transmitido à família enlutada. -----

---Marco de Canaveses, 24 de fevereiro de 2018. -----



----*Os proponentes* – Este voto de pesar termina com três assinaturas. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Gil Fernando Mendes Rodrigues** (PPD/PSD), comunicou ter sido notificado para o pagamento de uma ligação de saneamento, na ordem dos setecentos euros (700€), sendo que tal ligação terá sido efetuada e comprovadamente paga em dois mil e quatro. Posteriormente, recebeu nova notificação, desta feita de um escritório de advogados, instando ao pagamento da referida ligação, sob pena de se encetar processo de penhora em caso de incumprimento. Tendo solicitado documento comprovativo de dívida, terá sido emitida e remetida uma fatura com a data de abril de dois mil e dezassete, fazendo referência à dita ligação ao saneamento. -----

----Face ao exposto e para esclarecimento dos cidadãos que possam estar em situação similar, questionou a legalidade de cobrança de uma suposta dívida de dois mil e quatro em fatura com data de dois mil e dezassete – emitida sem número de contribuinte – e aconselhou os munícipes a procurar profissionais da área do direito para aferir se estão, ou não, sujeitos a obrigatoriedade de pagamento de dívidas que podem ter prescrito. -----

----Na conclusão da sua intervenção, deixou um requerimento à Mesa, no sentido de que o Executivo Camarário averigue a legalidade destas faturas e outros procedimentos similares praticados pela empresa Águas do Marco. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Maria José Pinto Cerqueira**, Presidente da Junta de Freguesia de Várzea, Alviada e Folhada (PPD/PSD), suscitou a questão acerca dos acordos de execução para limpeza de vias, indagando se as vias da sua freguesia abrangidas até então por estes acordos, nomeadamente a Estrada Municipal 570 e Estrada Municipal 101-5, irão continuar sob a alçada da Câmara Municipal, visto que até ao momento ainda não foram efetuadas as limpezas devidas. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Fernando Luís de Sousa Machado Soares Vales**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 03
REALIZADA EM 24/02/2018

(PPD/PSD), introduziu a sua intervenção, solicitando esclarecimentos acerca de algumas situações de aparente anomalia na gestão autárquica que lhe terão sido reportadas, que se prendem com a falta de combustível para a maquinaria da Câmara Municipal e a falta de leite para os alunos em algumas das escolas do concelho. -----

----Concluiu a sua intervenção com a seguinte proposta de recomendação: -----

----*Proposta de Recomendação – Pela isenção imediata das Taxas de Ligação à rede de água e saneamento.* -----

----*A questão das Águas do Marco foi um dos temas mais aprofundados e debatidos ao longo de toda a última campanha eleitoral em Marco de Canaveses, sendo que na sua apresentação de candidatura, a Dra. Cristina Vieira, à data candidata à Câmara Municipal de Marco de Canaveses, disse terem já sido realizadas várias reuniões da sua parte com a empresa Águas do Marco, existindo já um pré-acordo para a resolução do diferendo entre aquela empresa e o Município de Marco de Canaveses.* -----

----*Por outro lado, a atual Presidente da Câmara, aos microfones da Rádio Clube de Penafiel, garantiu que com o Partido Socialista na liderança da autarquia iriam isentar de imediato os custos de ligação e de ramal aos Marcoenses.* -----

----*É do conhecimento público que terão sido recentemente inauguradas as ETAR's de Maureles e a de Fontambom, obras que tanto orgulham os cidadãos de Vila Boa de Quires e Maureles, bem como os de Alpendorada, Várzea e Torrão, o PSD e todos os Marcoenses.* -----

----*O Partido Social Democrata, à semelhança daquilo que tem sido a sua postura nesta Assembleia, prima pela transparência e seriedade; contudo é do conhecimento da bancada Social Democrata que a população continua a receber cartas com custos de ligação elevados por parte da empresa Águas do Marco, ao arrepio do que fora prometido durante a campanha eleitoral pela agora presidente da Câmara, Cristina Vieira.* -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 03
REALIZADA EM 24/02/2018

----O Partido Social Democrata sente-se com tudo isto na responsabilidade política de exigir ao Executivo socialista da Câmara Municipal de Marco de Canaveses que faça jus às suas promessas, que honre a sua palavra e que isente não apenas os cidadãos de Vila Boa de Quires e Maureles e de Alpendorada, Várzea e Torrão, mas sim todos os Marcoenses destes custos de ligação que passados cerca de cento e vinte dias de mandato continuam a ser uma realidade para todos aqueles que acreditaram naquilo que comunicou o Partido Socialista. -----

----Assim, -----

----I. Nestes termos, ao abrigo das disposições constitucionais, legais e regimentais aplicáveis, a Assembleia Municipal de Marco de Canaveses vem recomendar à Câmara Municipal de Marco de Canaveses que honre a sua promessa e promova a isenção de todos os custos de ligação e de ramal a todos os Marcoenses. -----

----Marco de Canaveses, 24 de fevereiro de 2018. -----

----O Grupo Municipal do PSD de Marco de Canaveses – Esta proposta de recomendação, termina com uma assinatura. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Eduardo Celso Machado de Queirós Santana**, Presidente da Junta de Freguesia do Marco (PS), no uso da palavra, solicitou um ponto de situação relativamente a alguns projetos relevantes para a Freguesia do Marco, como a área de estacionamento junto à estação ferroviária e a retificação do piso da cidade. -----

----Agradeceu a visita realizada pelo Executivo Camarário à Capela de S. Lázaro, em S. Nicolau, bem como a garantia dada de que o espaço será intervencionado a curto prazo, na sequência de um projeto que mereceu parecer favorável da DRCN e da Rota do Românico. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Mário Luís da Silva Monteiro** (CDS-PP), enalteceu o trabalho realizado pela ARCA – Associação Recreativa e Cultural de Alpendorada na promoção do desporto feminino, tendo recentemente sido realizada a segunda Gala desta associação. -----



----Ainda na vertente desportiva, sublinhou a realização do controlo de velocidade da Associação de Canoagem do Norte no Concelho de Marco de Canaveses e congratulou-se com a preparação de uma candidatura ao Centro Náutico e pista de canoagem que valorizarão ainda mais a zona do Parque de Lazer de Alpendorada. -----

----Assinalou a presença de doze alunos do Agrupamento de Escolas de Alpendorada no Corta-Mato Nacional que se realiza em Albufeira. -----

----Expressou o seu regozijo pelo início das obras na Escola Secundária de Alpendorada. -----

----Alertou a Câmara Municipal para a necessidade de colocação de uma placa informativa mais dissuasora do que aquela que se encontra no acesso à água no parque de lazer, atendendo aos incidentes que já se verificaram no local. -----

----Chamou ainda a atenção para alguns constrangimentos de trânsito verificados na zona da alegada rotunda situada junto ao parque infantil e à Escola EB 2/3 de Alpendorada, e apelou a que se possa realizar um estudo para viabilizar a redução da velocidade das viaturas e facilitar a travessia de peões nessa mesma avenida. -----

----Por fim, deixou um apelo para que se continue a pugnar para que o terreno junto à Escola EB 2/3 de Alpendorada seja tornado público, na sequência de um processo que continua a decorrer em tribunal. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Fernando Joaquim Teixeira Monteiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles (PPD/PSD), começou por agradecer a colaboração da Câmara Municipal na instalação do parque infantil no Jardim de Infância de Lordelo, tendo a Junta de Freguesia contribuído com a colocação do piso. -----

----Na sequência de alguns ofícios remetidos à Câmara Municipal, reforçou o apelo para que se pondere a possibilidade de proceder a uma intervenção mais profunda na Escola EB1 de Maureles na interrupção letiva da páscoa, para substituição da cobertura de amianto e pinturas interiores e



exteriores. Frisou que o espaço escolar é utilizado não só pelas crianças, mas também, e de forma alargada, por toda a população, visto serem várias as iniciativas que nele decorrem. -----

----Por fim, apelou a que o Executivo Camarário interceda junto da empresa Águas do Marco para que coloque rapidamente a funcionar a recentemente inaugurada ETAR de Maureles, que permitirá encerrar sete fossas a céu aberto existentes na sua freguesia. Realçou que a demora da empresa em colocar a ETAR em funcionamento poderá estar relacionada com o facto de os utentes não estarem obrigados ao pagamento de taxas de ligação, uma vez que o loteamento foi construído antes da concessão às Águas do Marco. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Susana Maria Machado Loureiro** (PPD/PSD), no uso da palavra, apresentou a seguinte moção: -----

----*Moção – Construção imediata do IC35 entre Penafiel e Entre-os-Rios.* -----

----*A construção do IC35 é uma aspiração antiga das populações da região do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, essencial para responder às necessidades de mobilidade desta comunidade, para superar atraso estruturais e potenciar o desenvolvimento daquela que é das regiões mais empobrecidas da União Europeia.* -----

----*Apesar da promessa eleitoral do Governo Socialista de José Sócrates, realizada em 2009 pelo seu Ministro das Finanças, esta importante obra nunca passou da retórica política, durante Governos liderados pelo Partido Socialista.* -----

----*A não concretização desta obra tem um impacto negativo na economia da região, nomeadamente devido ao congestionamento e à sinuosidade da via, que se traduz numa perda de competitividade das empresas exportadoras de Marco de Canaveses e Penafiel.* -----

----*Os treze quilómetros que compõem o troço da EN 106 entre Penafiel e Entre-os-Rios são perigosos, sinuosos e o trânsito moroso. São centenas as sucessivas vítimas silenciosas desta via que é utilizada diariamente por vinte e sete mil veículos.* -----



---Este processo apenas teve desenvolvimentos durante as legislaturas em que o PSD liderou o Governo da República. Foi o anterior Governo que inscreveu esta obra no PETI 3+, reviu o traçado e avançou com o concurso da empreitada para a construção do IC35. -----

---Em 2015, a Infraestruturas de Portugal, S.A. e o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, numa sessão pública realizada no Concelho de Penafiel, apresentaram o plano de construção das diversas fases do IC35, cujo financiamento foi garantido através do Orçamento de Estado. -----

---Esta solução foi alcançada através da conjugação dos esforços das autarquias locais com o Governo liderado pelo PSD, que permitiu encontrar uma solução para resolver uma questão embaraçosa para todo o país. -----

---Após a tomada de posse do atual Governo liderado por António Costa, o concurso público para a construção do IC35, que se encontrava na fase final, foi novamente congelado pela gestão socialista. -----

---Caso o atual Governo não tivesse inviabilizado, uma vez mais, a obra, neste momento estaríamos a assistir à conclusão da construção do troço “Penafiel – Rans” do IC35 e a preparar a ligação entre Rans e Entre-os-Rios. -----

---O Sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas referiu, em Comissão Parlamentar na Assembleia da República, que decidiu “suspender esta obra porque o estudo de impacto ambiental lhe foi desfavorável”. -----

---No entanto, em ofício recebido pela Câmara Municipal de Penafiel, o Presidente das Infraestruturas de Portugal, a 30 de junho de 2016, refere que esta obra estruturante que ligaria Penafiel a Entre-os-Rios se encontra suspensa por falta de financiamento: -----

---"O contexto orçamental das Infraestruturas de Portugal em 2016 obrigou à revisão do planeamento das ações a desenvolver, prevendo-se que a adjudicação desta intervenção apenas ocorra em 2017". -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 03
REALIZADA EM 24/02/2018

---Entre a palavra do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas e da empresa Infraestruturas de Portugal há nitidamente muitas diferenças. -----

---Para além disso, passados dois anos e meio do anúncio do cancelamento desta importante obra, o Governo nada faz, continuando a colocar o IC35 na gaveta. -----

---A verdade é que este Governo Socialista cancelou a obra do IC35 e retirou a verba de doze milhões de euros que lhe estava afeta, frustrando, mais uma vez, as expetativas da população da região do Tâmega e Sousa. -----

---Assim, -----

---I. Nestes termos, ao abrigo das disposições constitucionais, legais e regimentais aplicáveis, a Assembleia Municipal de Marco de Canaveses vem apelar ao Governo que promova, com carácter de urgência, a construção do IC35, dando continuidade ao planeado pelo anterior Governo PSD/CDS-PP. -----

---II. No caso de aprovação da presente moção, que a mesma seja amplamente difundida nos órgãos de comunicação social locais e regionais, bem como dado conhecimento ao Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, bem como a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República e às Câmaras Municipais de Penafiel e Castelo de Paiva. -----

---Marco de Canaveses, 24 de fevereiro de 2018. -----

---O Grupo Municipal do PSD de Marco de Canaveses – Esta moção termina com uma assinatura. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Luís Carlos Soares Vieira** (PS), no uso da palavra, destacou o nobre papel do Tribunal do Marco de Canaveses enquanto instituição soberana, trazendo à atenção uma notícia veiculada pela comunicação social, segundo a qual este, na sequência da reforma do Mapa Judiciário, perderá as valências de instrução criminal – deslocalizadas para o Concelho de Penafiel – e acolherá o Tribunal de Família e Menores. Neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 03
REALIZADA EM 24/02/2018

sentido, questionou o Executivo sobre se esta permuta de valências irá beneficiar o Tribunal do Marco de Canaveses e o próprio concelho, e declarou que a Bancada do Partido Socialista defende intransigentemente o reforço da sua vitalidade e competências. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Miguel João Teixeira Carneiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo (PS), incidiu a sua intervenção na área da educação, considerando ser uma das vertentes mais estruturantes e importantes para a sociedade, na qual são visíveis os sinais positivos de investimento e desenvolvimento no Marco de Canaveses, destacando o facto de os Presidentes de Junta de Freguesia terem sido chamados a integrar os Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas, o que denota a visão pluralista do Executivo Camarário liderado pelo Partido Socialista, e possibilitou a discussão alargada de questões relativas a todos os níveis de ensino. -----

---Frisou ainda o início das obras há muito aguardadas na Escola Secundária de Alpendorada. -----

---Relativamente à reunião do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Alpendorada, destacou positivamente o empenho de todos os elementos que compõem a comunidade educativa – pais e encarregados de educação, corpo docente, Direção do Agrupamento, Junta de Freguesia e Câmara Municipal – nas diligências efetuadas junto das entidades competentes pela célere intervenção na Escola Secundária de Alpendorada, agora iniciada e estimada em cerca de seiscentos mil euros (600.000€). Acrescentou que tal investimento vem contrariar as declarações proferidas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, que terá dito que só era realizado investimento na sua freguesia quando o Governo era liderado pelo Partido Social Democrata, algo que o tempo fez questão de desmentir categoricamente. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Bruno Sérgio Moreira Caetano** (PS), no uso da palavra, começou por indagar acerca da evolução do processo da eventual deslocalização das instalações da Artâmega, frisando a importância desta academia no panorama cultural e formativo do concelho. --



----No âmbito do investimento previsto para a criação e dinamização de áreas empresariais no concelho, perguntou que diligências tem tomado a Câmara Municipal para promover a fixação de novas empresas, aproveitando um cenário economicamente mais favorável a nível nacional e municipal. -----

----Na sequência das declarações do Primeiro Ministro acerca das comemorações do Dia Mundial da Árvore, argumentou que a Câmara Municipal de Marco de Canaveses deveria solidarizar-se com a necessidade de proceder a uma operação de limpeza de matas e florestas, priorizando esta operação à plantação de novas árvores. -----

----Ainda sobre esta matéria, apelou a uma maior concertação entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia para esclarecer cabalmente a população no que concerne às suas responsabilidades na limpeza das matas e florestas. -----

----Congratulou-se com a classificação atribuída à Escola EPAMAC, como a melhor escola do país na área agrícola. -----

----Por fim, relativamente à recomendação em prol da construção do IC35, embora a Bancada do Partido Socialista seja favorável a esta matéria, declarou que por uma questão de justiça, tais recomendações veementes deveriam ter sido igualmente efetuadas quando o Partido Social Democrata liderava os destinos do município e do país. -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, em resposta às intervenções dos membros da Assembleia, e começando pelo deputado **Fernando Vieira**, revelou não ter conhecimento dos motivos subjacentes à não entrada em funcionamento da Cruz Vermelha no edifício intervencionado em Alpendorada, no qual a Câmara Municipal investiu cerca de setenta mil euros (70.000€). Em relação à casa mortuária, comparticipada pela Câmara Municipal em quarenta mil euros (40.000€), transferidos em três tranches, informou ter recebido um ofício da Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, datado de vinte e dois de novembro de dois



mil e dezassete, no qual se solicitava a atribuição de um apoio de vinte e um mil e oitocentos euros (21.800€) para aquisição dos equipamentos necessários. Tendo constatado ser este um procedimento usualmente adotado, e atendendo a que a casa mortuária em causa terá três salas fúnebres, decidiu a Câmara Municipal, no dia oito de janeiro de dois mil e dezoito, participar em cinquenta por cento (50%) do valor solicitado. -----

---Solidarizou-se com o voto de pesar apresentado pelo deputado **Joaquim Monteiro da Rocha**, pelo falecimento de Abílio Ferraz, com quem privou na Assembleia Municipal. -----

---Respondendo à deputada **Maria José Cerqueira** acerca dos acordos de execução, informou que até ao momento não foram introduzidas quaisquer alterações, lembrando que a limpeza da responsabilidade da Câmara Municipal é realizada em base anual, pelo que se prevê que esta seja efetuada durante o corrente ano. Acrescentou que podendo os acordos de execução ser renegociados até abril, a Câmara Municipal estará disponível para ouvir eventuais sugestões dos Presidentes das Juntas de Freguesia, os quais serão convidados a reunir para discutir estas temáticas. -----

---Relativamente àquilo que o deputado **Luís Vales** classificou de “atos anormais de gestão da Câmara”, explicou que o *stock* de leite é gerido pelos estabelecimentos escolares e que sempre que é solicitada uma remessa, esta é prontamente entregue, pelo que qualquer rutura será da exclusiva responsabilidade da gestão do agrupamento. -----

---Sobre a pontual falta de combustível para alguma da maquinaria da Câmara Municipal, afirmou que em tempo devido será exposto o procedimento inadequado e ilegal que até ao momento estava a ser utilizado para aquisição de combustíveis, e cuja alteração conduziu a este constrangimento. --

---Sobre o diferendo com a empresa concessionária Águas do Marco, fez notar que os sucessivos Executivos liderados pelo PSD não foram capazes, em doze anos, de resolver esta questão, inclusivamente agravando-a com a modificação unilateral do contrato que conduziu a uma



condenação do município em sede de Tribunal Arbitral. Estando bem ciente dos compromissos assumidos com a população durante a campanha eleitoral, declarou não ser necessária qualquer recomendação por parte da Bancada do PSD – que não foi efetuada quando o Executivo Camarário era liderado por este Partido – para que este assunto mereça a melhor atenção do Executivo, que continua paulatinamente as negociações tendentes à sua resolução. No entanto, dada a importância de todo este processo negocial na definição de uma estratégia para o município, indicou que seria imprudente o Executivo ceder a pressões externas que pudessem conduzir a uma decisão que não seja a mais ponderada e a que melhor salvaguarde os superiores interesses dos Marcoenses, a quem se pede a melhor compreensão, proporcional à complexidade do problema. -----

----Passando para a intervenção do deputado **Celso Santana**, falou sobre os projetos de alargamento da zona de estacionamento junto à Estação do Marco e criação de uma nova junto à Estação da Livração, que se espera que possam vir a ser cofinanciados pela Infraestruturas de Portugal. -----

----Partilhando da preocupação em torno do piso na cidade, referiu que dos estudos já realizados, a Câmara Municipal pende para uma solução que passaria pela colocação de um novo piso e a subida da quota para nivelar com o que será intervencionado na zona envolvente aos Paços do Concelho, no âmbito do PARU. -----

----Informou que após reuniões com responsáveis da Rota do Românico, foi assegurada não só a intervenção na Capela de S. Lázaro, como a reconstrução da Ponte do Arco (Várzea, Aliviada e Folhada), num investimento de catorze mil, seiscentos e trinta e sete euros (14.637€), resultante de uma candidatura ao Portugal 2020. -----

----Sobre a intervenção do deputado **Mário Luís Monteiro**, referiu que o Complexo Náutico do Tâmega integrou o programa eleitoral do Partido Socialista, sendo por isso um projeto que se pretende implementar, estando a ser efetuados os estudos necessários à sua concretização e já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 03
REALIZADA EM 24/02/2018

tendo para o efeito sido realizadas reuniões com a Agência Portuguesa do Ambiente e com a Comissão de Coordenação da Região Norte, para ponderar as vias de financiamento disponíveis. Acrescentou que o projeto visa o aproveitamento do espelho de água formado pela Albufeira da Barragem do Torrão, pretendendo-se que este se torne um local de referência para a prática de diversas modalidades náuticas. -----

---Relativamente ao reforço de informação no acesso à água no Parque de Lazer do Tâmega, indicou que serão contactadas as entidades competentes para o efeito. -----

---Quanto à questão da referida rotunda, será articulada com a Junta de Freguesia uma intervenção que confira uma maior segurança à área referenciada. -----

---Agradecendo a intervenção do deputado **Fernando Monteiro**, assegurou que a Câmara Municipal irá ponderar a possibilidade de intervir na Escola EB1 de Maureles durante a interrupção letiva da páscoa, conforme sugerido. -----

---Sobre a moção apresentada pela deputada **Susana Loureiro** em relação ao IC35, assinalou ser este um processo que já se arrasta há vinte anos, e como tal, com responsabilidades partilhadas pelos vários Partidos que passaram pelo Governo, pelo que se conclui ser desajustada a tentativa de assacar ao Partido Socialista responsabilidades exclusivas nesta matéria. Fazendo-se valer da expressão utilizada pela deputada na sua moção, declarou que realmente embaraçoso foi o Governo do PSD ter colocado o troço entre Rans e Penafiel a concurso sem o devido estudo de impacto ambiental. Expressou a sua confiança em que esta infraestrutura venha a ser finalmente concretizada por iniciativa do Governo do Partido Socialista, salientando, porém, que a defesa desta importante obra, pelos benefícios inerentes para a população Marcoense, deverá sobrepor-se a quaisquer interesses partidários. -----

---Sobre a intervenção do deputado **Luís Carlos** acerca dos ajustamentos ao Mapa Judiciário, declarou que, efetivamente, a permuta de valências prevista – sendo que o Tribunal do Marco de



Canaveses perde a instrução criminal mas acolhe o tribunal de família e menores – é benéfica para o Marco de Canaveses, valorizando e dignificando o seu tribunal. -----

----Agradeceu os sublinhados do deputado **Miguel Carneiro** relativamente às várias iniciativas da Câmara Municipal na área da educação, destacando a importância de incluir os Presidentes de Junta nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas, de modo a que estes tenham um contato mais direto e próximo com os problemas que vão surgindo no seio da comunidade educativa. -----

----Acrescentou que o início das obras na Escola Secundária de Alpendorada é prova inequívoca do que se consegue alcançar quando Câmara Municipal, Junta de Freguesia e comunidade educativa se mobilizam em torno de um objetivo. -----

----Respondendo ao deputado **Bruno Caetano**, informou não terem havido desenvolvimentos na questão das instalações da Artâmega, apenas uma proposta remetida pelo Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, no sentido de se poder avaliar a possibilidade de utilização do edifício do Centro Cívico para acolher a academia, de modo a que esta não tenha de sair da freguesia. Revelou que a proposta foi acolhida pela Câmara Municipal, que procederá à sua análise junto dos serviços técnicos. -----

----Sobre as áreas de acolhimento empresarial – que também constavam do programa eleitoral do Partido Socialista – mencionou estar contemplada no Plano Diretor Municipal uma nova área empresarial na Freguesia de Constance, sendo que a Infraestruturas de Portugal já autorizou a abertura de uma variante para o local. É igualmente pretensão da Câmara Municipal obter financiamento comunitário para requalificar as zonas industriais do Marco e de Alpendorada, Várzea e Torrão. -----

----Relativamente à limpeza das florestas, deu nota de que desde o mês de dezembro de dois mil e dezassete têm vindo a ser postas em marcha iniciativas para prevenção de incêndios florestais em



articulação com os serviços de Proteção Civil do município, como a criação de faixas de gestão de combustível e limpeza das áreas próximas às faixas de rodagem. Estão também previstas ações de sensibilização em todas as freguesias do concelho, a realizar nas próximas semanas, em parceria com o GIPS, SEPNA e Serviços de Proteção Civil da Câmara Municipal de Marco de Canaveses. -

----Mais informou ter sido efetuada uma candidatura a fundos comunitários para a construção de dois reservatórios de água para combate aos incêndios, em Soalhães e Penha Longa. A inclusão de Vila Boa de Quires neste projeto estará dependente de acordo com um proprietário para cedência de parte de um terreno. -----

----Concluindo a sua intervenção, e atendendo ao tempo limitado para resposta a todas as interpelações dos membros da Assembleia, predispôs-se a responder por escrito a qualquer dúvida ou questão que tenha subsistido após os esclarecimentos prestados. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Gil Fernando Mendes Rodrigues** (PPD/PSD), fez notar que embora a Bancada do PSD nada tenha a obstar a que seja dado tempo adicional para que as questões suscitadas sejam cabalmente respondidas, esta questão da limitação do tempo de resposta foi reiteradamente colocada no mandato anterior, em que nem sempre o Presidente da Câmara à época foi credor da mesma tolerância. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Luís Carlos Soares Vieira** (PS), no uso da palavra, opinou que o cabal esclarecimento da Assembleia, e por consequência dos cidadãos Marcoenses, deve sobrepor-se a quaisquer questões temporais, pelo que a Bancada do PS é favorável a que seja concedido tempo adicional para intervenção do Vice-presidente da Câmara Municipal. -----

----O Vice-presidente **Mário Bruno da Silva Magalhães**, complementando os esclarecimentos prestados, e começando pela intervenção do deputado **Gil Rodrigues**, afirmou que a Câmara Municipal poderá passar uma declaração que comprove o pagamento da ligação efetuada em dois mil e quatro, para efeitos legais. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 03
REALIZADA EM 24/02/2018

---Agradecendo o reconhecimento do deputado **Celso Santana** pelo trabalho realizado pela Câmara Municipal, explicou que quando o atual Executivo analisou o projeto de requalificação da zona envolvente à Estação do Marco, logo concluiu ser insuficiente, visto ser objetivo da Câmara Municipal promover uma verdadeira revitalização e dinamização daquele espaço. Consequentemente, o projeto revisto contempla mais cento e cinquenta lugares de estacionamento do que o originalmente previsto, até à zona da Nanta e com o reordenamento do estacionamento na Rua José António Reimão Nogueira. -----

---Respondendo ao deputado **Fernando Monteiro**, em relação à entrada em funcionamento da ETAR de Maureles, revelou ter conhecimento de que vários cidadãos, mesmo estando isentos das taxas de ligação, estão renitentes em contratualizar a sua ligação às Águas do Marco. Assegurou que a Câmara Municipal irá diligenciar por uma solução que vá ao encontro dos interesses de todas as partes. -----

---Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa submeteu à votação o voto de pesar pelo falecimento do Senhor Abílio Carneiro Ferraz, apresentado pelo Membro desta Assembleia Municipal **Joaquim Teixeira Monteiro da Rocha**, em nome dos grupos parlamentares com assento nesta Assembleia Municipal, tendo o mesmo sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e sete (37) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. -----

---O Presidente da Mesa, antes de passar à votação da moção apresentada pelo Membro da Assembleia Municipal **Susana Maria Machado Loureiro**, que leu novamente na íntegra, deu a palavra aos seguintes membros da Assembleia: -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Bruno Sérgio Moreira Caetano** (PS), declarou que embora a Bancada do Partido Socialista não coloque em causa a finalidade da moção, seria preferível levar o assunto a reunião de líderes para elaboração de uma moção que reunisse um consenso mais alargado na Assembleia Municipal. Acrescentou que a manter-se a intenção de



votar a moção conforme se apresenta, o Partido Socialista não irá alinhar no número político produzido pela Bancada do Partido Social Democrata. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Fernando Luís de Sousa Machado Soares Vales** (PPD/PSD), salvaguardando a liberdade que cada Bancada tem para apresentar as moções ou recomendações que entender convenientes, e não havendo dúvidas sobre o conteúdo da moção em apreço – indicando tratar-se de simples defesa de uma obra estruturante para o concelho, e não de um número político, como sugestionado – solicitou que a mesma fosse submetida à votação da Assembleia Municipal. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Mário Luís da Siva Monteiro** (CDS-PP), no uso da palavra, realçando que um assunto de tamanha importância sairia reforçado pela unanimidade da Assembleia, e argumentando que a moção contém alguns considerandos tendenciosos que obstam a essa mesma unanimidade, secundou a solicitação para que esta seja retirada e levado o assunto a reunião de líderes, para elaboração de uma nova moção que reúna um consenso mais alargado de todos os membros da Assembleia. -----

----Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa passou de imediato à votação, tendo esta moção sido **rejeitada**, com catorze (14) votos a favor, dezanove (19) votos contra, e quatro (04) abstenções. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Mário Luís da Siva Monteiro** (CDS-PP), apresentou uma declaração de voto verbal, na qual referiu que a Bancada do CDS-PP não poderia votar favoravelmente a moção apresentada por considerar que o texto da mesma peca por uma excessivamente tendenciosa análise política de todo o processo – ignorando as responsabilidades que todos os Partidos da área governativa tiveram neste – o que infelizmente impede um consenso alargado em torno de um assunto tão importante para o Concelho de Marco de Canaveses. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Bruno Sérgio Moreira Caetano** (PS), entregou à Mesa a



seguinte declaração de voto: -----

----*Moção – Construção imediata do IC35 entre Penafiel e Entre-os-Rios.* -----

----*Relativamente à moção apresentada pelo PSD nesta Assembleia, e colocando-se ao lado dos interesses da população do concelho e da região, e designadamente do interesse para o desenvolvimento económico que a construção do IC35 proporcionará, o Grupo Municipal do PS da Assembleia Municipal vem desta forma concordar com a introdução apresentada, onde é ressalvada a importância da construção do IC35 como via infraestruturante para a nossa região, superando assim atrasos estruturais e de desenvolvimento da região. Esta é, e tem sido, a posição de princípio que o PS sempre defendeu e que este Grupo Municipal sustenta.* -----

----*Contudo, apesar da nossa posição de princípio, não podemos concordar e compactuar com a falta de verdade, as incongruências apresentadas na argumentação da referida moção, o maniqueísmo e a instrumentalização política nela introduzida.* -----

----*De facto, a obra é uma promessa de vinte anos transversal a todos os partidos, que encontrou barreiras para a sua concretização. Foi público, por um lado, que a recente suspensão da obra de construção do IC35, obra lançada pelo último Governo PSD, teve parecer de estudo de impacto ambiental desfavorável, tornando inviável a sua construção nas condições previstas. Por outro, é sabido que os principais obstáculos que enfrentou são sobretudo financeiros, pelo que importa aqui questionar qual o contributo do PSD para resolver este problema com vinte anos.* -----

----*Em concreto, é nossa obrigação pôr em questão as opções do Governo PSD de Passos Coelho, que decidiu não incluir intervenções de âmbito rodoviário no quadro de financiamento do Portugal 2020, negociado por aquele Governo PSD com a Comissão Europeia, que inviabilizou o financiamento do IC35 e a concretização de tão ansiada obra.* -----

----*Foi sugerido pelo nosso Grupo Municipal que o PSD retirasse de votação a presente moção e que mesma fosse analisada, discutida e alterada em reunião de líderes desta Assembleia, de forma*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 03
REALIZADA EM 24/02/2018

a que conjuntamente pudéssemos tomar uma posição séria e assertiva sobre esta obra fundamental para o desenvolvimento do nosso concelho, sendo que esta pretensão não foi aceite pelo Grupo Municipal do PSD. -----

---Assim sendo, o Grupo Municipal do PS desta Assembleia não se encontra disponível para compactuar com este número político do PSD e colocar em causa uma posição digna e vincada para a construção do IC35. -----

Marco de Canaveses, 24 de fevereiro de 2018 – Bruno Caetano – Grupo Municipal Ass. Marco de Canaveses. -----

*---O Presidente da Mesa passou de imediato à votação da proposta de recomendação apresentada pelo Membro da Assembleia Municipal **Fernando Luís de Sousa Machado Soares Vales**, tendo a mesma sido aprovada por **unanimidade**, com trinta (37) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções.* -----

*---O Membro da Assembleia Municipal **Bruno Sérgio Moreira Caetano** (PS), entregou à Mesa a seguinte declaração de voto:* -----

---Declaração de Voto à Proposta de Recomendação “Pela isenção imediata das Taxas de Ligação à rede de água e saneamento”. -----

---No que respeita à proposta de recomendação do Grupo Municipal do PSD “Pela isenção imediata das taxas de ligação à rede de água e saneamento”, vem o Grupo Municipal do Partido Socialista desta Assembleia lembrar os proponentes do seguinte: -----

---Desde o início do mandato do Partido Socialista na Câmara Municipal do Marco de Canaveses que o Executivo tem, em diferentes momentos e circunstâncias, informado os Marcoenses e os órgãos do Município que estão a decorrer negociações com a empresa Águas do Marco, S.A., concessionária da gestão da rede de águas e saneamento do concelho. -----

---É do conhecimento generalizado que este é um processo complexo, criou um diferendo judicial



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 03
REALIZADA EM 24/02/2018

entre a empresa e o Município; -----

----No diferendo judicial entre as duas partes deve ser encontrada a solução financeiramente menos prejudicial para o Município e do interesse público mais generalizado; -----

---Durante doze anos, os diferentes executivos do PSD foram incapazes de resolver o problema do dossier das Águas do Marco; -----

---Mais, com a modificação unilateral do contrato, os executivos do PSD abriram o referido conflito judicial, expondo o Município a um processo que se arrasta há demasiado tempo. -----

---Assim, o Grupo Municipal do PS quer desta forma registar que esta é uma matéria assumida com os Marcoenses em campanha eleitoral, e por isso a procura de uma resposta para a população é sem dúvida uma constante que está presente nas conversações com os intervenientes.

Não podemos, contudo, admitir que a isenção das taxas seja imediata. Estaríamos a ser demagogos, pouco sérios e irresponsáveis por não acautelarmos a posição do Município na relação judicial com a empresa Águas do Marco. -----

---Marco de Canaveses, 24 de fevereiro de 2018 – Bruno Caetano – Grupo Municipal Ass. Marco de Canaveses. -----

*---A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, com a devida anuência do Presidente da Mesa da Assembleia, reforçou uma vez mais que a Câmara Municipal não cederá a pressões para forçar a isenção das taxas de ligação, o que poderia conduzir a decisões que não salvaguardassem os superiores interesses dos Marcoenses nas negociações que estão a decorrer com a empresa concessionária. Assegurou, porém, que dissonante do espírito da recomendação apresentada, esta isenção de taxas, quando aplicada, estender-se-á a todas as freguesias do concelho. -----*

*---O Membro da Assembleia Municipal **Fernando Luís de Sousa Machado Soares Vales** (PPD/PSD), solicitou ao Presidente da Mesa que prestasse um esclarecimento relativamente ao*



conteúdo da recomendação apresentada, a qual refere claramente a quem se destina a isenção, mencionando todas as freguesias do Concelho de Marco de Canaveses. -----

----Terminada a discussão e votação da proposta de recomendação, o Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, passou de imediato ao **Ponto Dois** da ordem de trabalhos. -----

----**PONTO DOIS – Período de Intervenção do Público, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e n.º 3 do art.º 18.º e dos art.º 21.º e 27.º do Regimento da Assembleia Municipal.** -----

----O Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, solicitou inscrições por parte do público, tendo-se inscrito os seguintes munícipes, cujas intervenções passamos a resumir: -----

----A Munícipe **Raquel Sousa Pereira**, falando em representação do Futebol Clube de Paços de Gaiolo, agradeceu o facto de a Câmara Municipal ter lançado novamente o concurso para colocação de um relvado sintético no campo de jogos, que dará aos atletas melhores condições para a prática desportiva. -----

----Por outro lado, assinalou que apesar de o Presidente da Junta de Freguesia de Penha Longa e Paços de Gaiolo se ter comprometido a apoiar financeiramente esta associação desportiva, e tal apoio financeiro ter sido discriminado nas contas da Junta de Freguesia, o facto é que estas verbas não chegaram a ser rececionadas. -----

----Frisou a necessidade de se exercer certa medida de pressão junto da EDP, visto que o antigo bairro está a transformar-se numa lixeira pública e conseqüentemente num foco de perigo de ignição de incêndio. Chamou ainda a atenção para o estado de abandono da Praia Fluvial de Paços, questionando a quem cabe a responsabilidade pela gestão do espaço. -----

----Enquanto representante dos pais e encarregados de educação da Escola EB1 de Paços de Gaiolo – onde no ano passado foram investidos cerca de cinquenta mil euros (50.000€) – reforçou que a junção com o Jardim de Infância do Barreiro permitiria economizar alguns recursos, a nível



de colaboradores, instalações e transportes, além de salvaguardar a manutenção de uma escola com outra dimensão na freguesia. -----

----Por fim, sublinhou que ao longo de doze anos de governação social democrata na Câmara Municipal de Marco de Canaveses, Paços de Gaiolo foi totalmente esquecido no que respeita a infraestruturas rodoviárias e de água e saneamento. -----

----O Munícipe **Olímpio José de Almeida**, utilizou a sua intervenção para falar sobre um assunto de interesse público relacionado com a comprovada perigosidade do trânsito no entroncamento da Rua dos Chãos com a Rua Engenheiro Manuel Carneiro Geraldês, sugerindo que fosse recolocado o sinal de STOP na Rua dos Chãos – retirado aquando da obra de requalificação urbana da cidade – visto ser uma rua de sentido único, com visibilidade reduzida, e que por tal o trânsito que nela circula nunca deveria ter prioridade sobre a Rua Engenheiro Manuel Carneiro Geraldês, de dois sentidos e com tráfego mais volumoso. -----

----A Munícipe **Anabela Maria Correia Pinto**, no uso da palavra, começou por louvar a iniciativa do Executivo de ir ao encontro dos cidadãos no atendimento realizado em cada uma das freguesias, valorizando assim a proximidade à população. -----

----Congratulou-se igualmente pelo anunciado início das obras na Escola Secundária de Alpendorada. -----

----Comentando um acidente rodoviário aparatoso ocorrido na Rua Mário Santos, e atendendo à perigosidade da via, sugeriu uma alteração à postura de trânsito, de modo a que esta rua seja de sentido único (ascendente), tornando a Rua da Lama, paralela, também de sentido único (descendente). -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, respondendo às intervenções dos munícipes, e começando por agradecer as palavras da munícipe **Raquel Pereira**, explicou, em relação à designada como Praia Fluvial de Paços, que o espaço é da propriedade da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 03
REALIZADA EM 24/02/2018

Junta de Freguesia, estando a ser articulada com a EDP uma solução para o contador provisório que se encontra no local, o qual terá sido cedido pela Câmara Municipal. Referiu, porém, que o contador definitivo apenas poderá ser colocado quando as obras estiverem em conformidade com a Lei, o que ainda não é uma realidade de momento. -----

----Sobre a possibilidade de junção da EB1 de Paços de Gaiolo com o Jardim de Infância de Barreiro, indicou que esta será devidamente estudada e discutida com os agentes educativos e encarregados de educação, no âmbito da preparação do próximo ano letivo. -----

----Sobre a intervenção do munícipe **Olímpio Almeida**, referiu que as informações e sugestões dadas serão adequadamente analisadas pelos serviços técnicos da Câmara Municipal, que aferirão a possibilidade de deslocalizar novamente o sinal de STOP para a Rua dos Chãos. -----

----Relativamente a esta questão de trânsito, aproveitou para informar que tendo a Câmara Municipal reunido com o Arq.º Siza Vieira, este mostrou-se sensível e disponível para autorizar a abertura de uma ligação ao trânsito para o Bairro dos Murteirados, naquilo que atualmente é um caminho pedonal junto à Igreja e ao lar da Santa Casa da Misericórdia – que irá ceder uma faixa de terreno para o efeito – o que permitirá uma maior fluidez de trânsito na cidade. -----

----Passando para a intervenção da munícipe **Anabela Pinto**, revelou que a Câmara Municipal convidou a Junta de Freguesia a propor algumas alterações à postura de trânsito, cuja resposta será agora analisada pelo pelouro respetivo, com visitas ao local. -----

----Agradecendo os elogios da munícipe, expressou a sua satisfação pela relação de proximidade que está a ser construída com os cidadãos nas visitas às freguesias, as quais têm sido bastante frutíferas, contando com um envolvimento bastante positivo e produtivo dos Presidentes das Juntas de Freguesia que as acompanham. -----

----O Presidente da Mesa, quando eram doze horas e quinze minutos, interrompeu os trabalhos para um intervalo de dez minutos. -----



----Quando eram doze horas e vinte e cinco minutos, o Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, retomou os trabalhos, entrando de imediato no **Ponto Três, Ponto Um** da Ordem de Trabalhos. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO UM – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município.** -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, distribuída que foi a informação escrita por todos os presentes, escusou-se a tecer considerações adicionais, colocando-se à disposição para qualquer esclarecimento necessário. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Maria Estela Vieira Freitas** (PPD/PSD), solicitando informações adicionais relativamente a diversas rubricas, começou por fazer notar que a informação sobre a atividade do Gabinete de Ação Social é muito sintética, limitando-se a apresentar dados estatísticos, o que não permite aferir da real situação social das famílias do concelho. Neste sentido, questionou se será previsível que o Gabinete Municipal de Ação Social empreenda uma atividade mais ambiciosa no futuro. -----

----Questionou quais as medidas que estão planeadas para a área da habitação social. -----

----Relativamente à área da educação, congratulou-se com a continuidade do Programa Ecoescolas, implementado pelo anterior Executivo Camarário, e com a criação do projeto “Rota da Floresta”. Felicitou ainda a Câmara Municipal por continuar a apoiar os jovens do concelho na integração ao programa “Universidade Júnior 2018”. -----

----Na área da cultura, indagou os motivos que conduziram à descontinuação da divulgação da agenda cultural nos moldes que anteriormente eram utilizados pela Câmara Municipal. -----

----Relativamente à área da Proteção Civil, questionou se a Câmara Municipal recebe contrapartidas financeiras do Estado pelas intervenções de limpeza de vegetação realizadas no âmbito do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios. -----



---Relativamente a obras em curso, perguntou qual o prazo estimado para a conclusão das obras na fachada do Estádio Municipal de Alpendorada, e salientou que grande parte, se não todas as empreitadas elencadas, em especial no que diz respeito ao ciclo urbano da água, foram adjudicadas pelo anterior Executivo liderado pelo PSD. -----

---Chamou a atenção para o saldo de gerência a transitar para o Orçamento de dois mil e dezoito, de cerca de onze milhões de euros (11.000.000€), revelador de uma gestão rigorosa e eficiente dos dinheiros públicos que permite ao atual Executivo herdar uma situação financeira estável e confortável. -----

---Por fim, recordando as reiteradas chamadas de atenção da Bancada do Partido Socialista relativamente aos dados que deveriam constar da informação escrita, perguntou se estará prevista a inclusão de informação acerca de reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais em curso. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Américo Ricardo Ribeiro Moreira** (PPD/PSD), no uso da palavra, manifestou a sua preocupação com a alegada inatividade da Câmara Municipal no que às políticas de juventude diz respeito, as quais são totalmente ignoradas na informação escrita, argumentando não ser possível ponderar o desenvolvimento de uma comunidade sem apostar na formação, envolvência e participação cívica dos jovens nas tomadas de decisão e na dinamização do movimento associativo jovem. Neste sentido, fez notar que a autarquia não tem qualquer colaboração com escolas secundárias, superiores, centros de formação ou associações que visem a integração de jovens no mercado de trabalho, não sendo também visível uma preocupação com a integração de jovens com necessidades especiais. -----

---Acrescentou que nestes poucos meses de mandato de um Executivo liderado pelo Partido Socialista, os jovens Marcoenses têm-se limitado a assistir à inauguração de obras adjudicadas pelo anterior Executivo Camarário, como os campos sintéticos para promoção do desporto juvenil



e formação das camadas jovens, sendo que as propostas eleitorais do PS ainda não saíram do papel. -----

----Por fim, questionou se os Presidentes de Junta de Freguesia têm sido convidados a acompanhar as visitas do Executivo às diferentes freguesias do concelho para atendimento público. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Joaquim Miguel Magalhães Queirós**, Presidente da Junta de Freguesia de Paredes de Viadores e Manhuncelos (PS), manifestou o seu contentamento por poder ver as promessas eleitorais do Partido Socialista a serem cumpridas, com a visita mensal a todas as freguesias do concelho, que aproxima a autarquia dos cidadãos. -----

----Na área da Proteção Civil, destacou a proatividade da Câmara Municipal no combate à praga da vespa asiática. -----

----Relativamente ao saldo de gerência, lembrou que em boa parte será utilizado para pagar as obras que foram lançadas em período de campanha eleitoral pelo anterior Executivo. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Domingos Manuel Soares Dias**, Presidente da Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão (PPD/PSD), pediu permissão para prestar alguns esclarecimentos relativamente às temáticas da Cruz Vermelha e da casa mortuária em Alpendorada. -----

----Sobre a Cruz Vermelha, informou que esta ainda não entrou em funcionamento por faltar concluir as obras no interior das instalações. -----

----Por outro lado, e conforme já referenciado, faltava à casa mortuária todo o equipamento e mobiliário indispensável ao seu funcionamento, congratulando-se com o facto de que a sua aquisição será comparticipada pela Câmara Municipal. Além disso, lembrou que a entrada em funcionamento da casa mortuária depende da autorização do bispo, que recentemente falecido ainda não foi substituído. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Bruno Sérgio Moreira Caetano** (PS), no uso da palavra,



destacou a evolução e algumas das mudanças positivas que têm vindo a ser introduzidas pelo Executivo da Câmara Municipal, no que diz respeito à comunicação e proximidade aos cidadãos. -

----Evidenciou preocupação com o número de processos referenciados pela CPCJ e pelo Gabinete Municipal de Ação Social, que traçam uma radiografia social do Concelho de Marco de Canaveses. -----

----Congratulou-se com o apoio da Câmara Municipal à candidatura apresentada pela Confraria do Anho Assado com Arroz de Forno às “Sete Maravilhas à Mesa”, argumentando ser esta uma vertente em que se deve apostar fortemente para divulgar o concelho fora de portas e para dinamizar o turismo na região. -----

----Realçou a criação do Conselho Local para a Igualdade, que terá como conselheira a Dra. Amélia Ferreira, Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Marco de Canaveses. -----

----Destacou igualmente como positiva a intervenção em catorze parques infantis ao longo do concelho. -----

----Na sequência daquilo que foi mencionado anteriormente, reforçou a ideia de que grande parte do saldo de gerência a transitar será utilizado para pagar obras e empreitadas que foram lançadas pelo Executivo anterior, pelo que não se trata de verba disponível para novos investimentos. -----

----Por fim, e atendendo à proximidade da páscoa, apelou a que a Câmara Municipal possa articular ações de sensibilização junto das comissões, para que se evitem acidentes com materiais pirotécnicos. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Joaquim Teixeira Monteiro da Rocha** (CDS-PP), manifestou-se contra o clima de alarme e radicalismo gerado pelos incêndios que ocorreram no ano transato, argumentando que não obstante a gravidade da situação, esta exige ponderação, no sentido de se evitar tomar medidas drásticas e precipitadas que tendencialmente possam vir a criar outros problemas, como a eliminação de todo o coberto vegetal – necessário para a sustentação dos



terrenos e manutenção de *habitats* naturais. -----

----Consequentemente, sugeriu que a nível municipal a atuação privilegie a prevenção e a informação dos cidadãos, em detrimento de ações repressivas, visto que as autoridades – e não os cidadãos – têm as maiores responsabilidades nestes acontecimentos, pela falta de políticas de planeamento e de gestão adequadas para as zonas florestais. -----

----Em seguida, destacou a importância de os serviços municipais serem rigorosos em matéria de licenciamentos e loteamentos, para evitar que sejam criados problemas desnecessários em propriedades confrontantes. -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, em resposta, e começando pela intervenção da deputada **Estela Freitas**, esclareceu que os processos de ação social têm matéria confidencial, razão pela qual não podem ser tornados públicos em maior detalhe numa informação escrita. No entanto, reiterou a disponibilidade do pelouro da ação social para fornecer todas as informações que sejam solicitadas. -----

----Em relação à habitação social, e sendo esta uma das maiores preocupações e apostas do Executivo, informou ter sido feita uma candidatura ao Centro de Emprego para CEI+, para a alocação de recursos humanos especializados na área da construção civil para proceder, até ao final do corrente ano, às obras de adaptação de antigos estabelecimentos de ensino para habitação social, conforme planeado. -----

----Agradecendo a referência ao Programa Ecoescolas, mencionou ser credor de todo o apoio do município, elogiando a massiva adesão de trinta escolas do concelho. -----

----Relativamente à agenda cultural, explicou ter sido descontinuada a sua divulgação pelo facto de o Executivo entender que o seu modelo deve ser revisto, articulando-se previamente um verdadeiro programa cultural com as associações locais. Referiu que as atividades culturais de maior relevância estão a ser divulgadas através dos meios de comunicação social local e *Facebook*



da Câmara Municipal. -----

----Passando para a intervenção do deputado **Monteiro da Rocha**, concordou que as matérias de Proteção Civil exigem toda a ponderação e que se deve priorizar a ação preventiva, daí a Câmara Municipal ter tomado a iniciativa de promover reuniões de trabalho com a GNR, SEPNA, GIPS e com os Presidentes de Junta, para elaboração de um plano de ações de sensibilização à população. Frisou a importância de cada cidadão cumprir com aquelas que são as suas responsabilidades cívicas, tornando-se assim um dos primeiros pilares da Proteção Civil. -----

----Disponibilizou-se para fornecer, mediante requerimento, informação mais detalhada sobre os processos judiciais em curso e respetiva fase em que se encontram. -----

----Sobre a intervenção do deputado **Américo Moreira**, declarou que só por manifesta desatenção se poderá acusar o Executivo Camarário de não ter políticas direcionadas para a juventude, apontando como exemplos a aposta na área da formação profissional, da criação de emprego através da valorização das áreas empresariais, a majoração dos apoios a associações desportivas ou a dinamização da vertente cultural. Indicou o Conselho Municipal de Juventude como o fórum próprio onde podem ser acolhidos todos os contributos e propostas que vão ao encontro da implementação de políticas para a juventude no concelho. -----

----Por fim, agradeceu as intervenções dos deputados **Bruno Caetano** e **Miguel Queirós**, nos sublinhados efetuados à sua informação escrita. -----

----O Vice-presidente **Mário Bruno da Silva Magalhães**, em complemento, e relativamente à intervenção do deputado **Américo Moreira**, expressou o desagrado que sentiu quando pela primeira vez foi confrontado com o projeto da remodelação da fachada do Estádio Municipal de Alpendorada, avaliado em mais de quinhentos mil euros (500.000€), e que não dá uma resposta cabal aos problemas da estrutura. Indicou que à empresa responsável pela obra (Linharlix), a Câmara Municipal também já demonstrou o seu desprazer pelo atraso na execução da obra, que



conheceu outros episódios caricatos, como o facto de ter avançado, por iniciativa do anterior Executivo Camarário, sem o devido visto do Tribunal de Contas e aparentemente sem consignação. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Fernando Luís de Sousa Machado Soares Vales** (PPD/PSD), interpelou a Mesa sobre a condução dos trabalhos, para solicitar ao Executivo que se abstenham de proferir declarações – tendentes a enviesar a opinião pública – sobre as quais não tenham certeza absoluta, ou de tecer considerações pessoais, nomeadamente sobre os deputados do Grupo Parlamentar do PSD. -----

---A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, em resposta, clarificou não ter tecido qualquer consideração pessoal acerca do carácter do deputado, tendo apenas apontado a falta de informação explícita na sua intervenção, fruto de não estar a acompanhar adequadamente as medidas implementadas pela Câmara Municipal, mais direccionadas para a juventude. -----

---Por outro lado, apontou a moção apresentada, de reivindicação pela construção do IC35, como um bom exemplo de tentativa de enviesar a opinião pública, atribuindo ao Partido Socialista responsabilidades exclusivas pela não concretização desta obra estruturante. -----

---Quando eram treze horas e dez minutos, o Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, anunciou a interrupção dos trabalhos para o almoço, com o recomeço dos trabalhos agendado para as catorze horas e quinze minutos. -----

---Retomando-se os trabalhos com um atraso de quarenta e cinco minutos, o Presidente da Mesa passou de imediato ao **Ponto Três, Ponto Dois** da Ordem de Trabalhos. -----

---**PONTO TRÊS, PONTO DOIS – Apreciação e deliberação sobre a proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal.** -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Mário Luís da Silva Monteiro** (CDS-PP), em representação da comissão para a revisão do Regimento, passou a apresentar a proposta de revisão,



detalhando aquelas que são as alterações mais relevantes introduzidas, como a priorização do correio eletrónico para envio de documentação (art.º 16.º), a distribuição dos tempos de intervenção pelos Grupos Municipais (art.º 24.º) e dispensa da leitura das atas em Assembleia (art.º 41.º). -----

----Não havendo mais intervenções por parte do plenário, o Presidente da Mesa passou de imediato à votação do **Ponto Três, Ponto Dois**, sendo este ponto aprovado por **unanimidade**, com trinta e seis (36) votos a favor, zero votos (00) contra e zero (00) abstenções. Este ponto foi aprovado em minuta. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO TRÊS – Eleição de dois representantes da Assembleia Municipal (Efetivo / Suplente) para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) do Tâmega I – Baixo Tâmega, de acordo com o art.º 31.º alínea b) do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2013, de 7 de outubro.** -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Bruno Sérgio Moreira Caetano (PS)**, apresentou a seguinte lista, a que foi atribuída a designação de *Lista Única*, e que indicava os seguintes membro da Assembleia Municipal: Efetivo – **Leandro Manuel Vieira de Queirós (PS)**; Suplente – **Ana Cristina Mendes Cordeiro de Matos Valente Couto Ribeiro (PPD/PSD)**. -----

----Foram distribuídos boletins de voto aos membros da Assembleia Municipal, passando-se de seguida à votação por escrutínio secreto, com a chamada individual de todos os presentes. Feito o apuramento dos votos entrados na urna, verificou-se o seguinte resultado: trinta e seis (36) votos a favor, zero (00) votos contra e zero (00) votos nulos, ficando assim designados os membros da Assembleia Municipal supramencionados. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO QUATRO – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação da denúncia dos contratos interadministrativos de Delegação de**



Competências nas Freguesias. -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, no uso da palavra, passou a apresentar este ponto, explicando que o anterior Executivo Camarário havia deliberado transferir para as Juntas de Freguesia, mediante celebração de contratos interadministrativos, uma verba para concretização de obras e eventos, com critérios objetivos – relacionados com a área geográfica e população – devidamente protocolados. Porém, atendendo às dificuldades técnicas das Juntas de Freguesia no que diz respeito ao lançamento de procedimentos concursais, e salvaguardando a possibilidade de se alcançar alguma economia de escala, o Executivo decidiu chamar à Câmara Municipal a responsabilidade pelos processos burocráticos, de acordo com as obras e iniciativas que sejam apontadas pelos Presidentes de Junta de Freguesia. Assim, a verba anteriormente transferida, de trezentos e cinquenta mil euros (350.000€), ficará no Orçamento da Câmara Municipal, sendo disponibilizada, mediante os mesmos critérios, para a realização das obras que venham a ser indicadas pelas Juntas de Freguesia. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Fernando Luís de Sousa Machado Soares Vales** (PPD/PSD), no uso da palavra, apontou aquilo que aparenta ser um retrocesso no processo de descentralização de competências nas Juntas de Freguesia, órgão autárquico mais próximo da população, em contraciclo com as políticas de descentralização do Governo liderado pelo Partido Socialista. -----

----Por outro lado, lembrou que a atual Presidente da Câmara, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Soalhães, sempre subscreveu a celebração de contratos de delegação de competências com a Câmara Municipal, pelo que a postura agora adotada ainda mais surpreende. -----

----Argumentou que a Câmara Municipal poderia ir mais além nas verbas para apoio às Juntas de Freguesia – o que valorizaria o papel das autarquias e dos seus Presidentes – tendo em conta a poupança de um milhão e novecentos mil euros (1.900.000€) anuais decorrente da renegociação da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 03
REALIZADA EM 24/02/2018

dívida municipal, em vez de se quedar pelos trezentos e cinquenta mil euros (350.000€). -----

----Relativamente à anunciada criação de um gabinete para gestão da contratação pública, sugeriu que este seja amplamente aberto aos Presidentes de Junta de Freguesia, que possam ver neste uma ferramenta de apoio para a célere resolução dos problemas com que se debatem nas suas freguesias. -----

----Por fim, requereu do Executivo uma declaração pública, clara e inequívoca, em como irão honrar todos os compromissos assumidos e respeitar a vontade expressa dos Presidentes das Juntas de Freguesia nas obras que indicarem para execução, visto serem aqueles que melhor conhecem a realidade das suas comunidades locais. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Fernando Joaquim Teixeira Monteiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles (PPD/PSD), começou por ressaltar que a Junta de Freguesia a que preside já não tinha o hábito de subscrever os contratos interadministrativos com a Câmara Municipal, pelo que este ponto não vem alterar os mecanismos adotados, desde que seja realmente respeitada a posição do Presidente de Junta na tomada de decisão acerca das obras a realizar. Concordou que as Juntas de Freguesia, ao contrário da Câmara Municipal, não possuem os meios técnicos necessários para lançamento de procedimentos concursais conforme estipulados na Lei, e sugeriu igualmente que o gabinete de contratação pública que será criado esteja disponível para dar algum acompanhamento às Juntas de Freguesia nesta área. -----

----Declarou em seguida que mais do que diferendos ideológicos ou partidários, ou discussões inócuas sobre empreitadas lançadas ou saldos de gerência herdados, aquilo que realmente deve mover todos os eleitos são os interesses das populações. -----

----Face ao exposto, indicou que votará favoravelmente este ponto, mediante o compromisso público assumido pela Câmara Municipal de canalizar a verba anteriormente transferida para as



Juntas de Freguesia para a execução das obras indicadas pelos Presidentes de Junta, cujo papel deverá ser continuamente valorizado pela proximidade às populações e conhecimento abrangente da realidade local. -----

----Antes de concluir a sua intervenção, apelou apenas a que a Câmara Municipal tenha em atenção os prazos para lançamento de concursos públicos, para que a execução das obras necessárias seja tão célere quanto possível. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Eduardo Celso Machado de Queirós Santana**, Presidente da Junta de Freguesia do Marco (PS), declarou que se o seu entendimento inicial, quando confrontado com esta decisão do Executivo, também foi que este poderia ser um retrocesso no processo de descentralização de competências, hoje está totalmente convencido de que esta será a melhor decisão para salvaguardar a legalidade dos concursos públicos, para ter uma melhor posição negocial e obter ganhos de escala, estando devidamente protocolada a posição dos Presidentes de Junta de Freguesia na indicação das obras a realizar nas respetivas freguesias e avaliação final das mesmas. -----

----Fez notar, por fim, que muito provavelmente o valor que será utilizado nestas obras em cada uma das freguesias acabará por ultrapassar os trezentos e cinquenta mil euros (350.000€) previstos.

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, em resposta, e começando pela intervenção do deputado **Luís Vales**, declarou que ao contrário do que foi ventilado, não defende a centralização de competências – o que fica comprovado pelo facto de as obras serem indicadas pelos Presidentes das Juntas de Freguesia – mas simplesmente a assunção por parte da Câmara Municipal de competências técnicas que as Juntas de Freguesia não têm os meios necessários para assumir. Fez ainda notar que das cinco freguesias que não tinham contrato interadministrativo assinado com a Câmara Municipal no anterior mandato, quatro eram lideradas pelo Partido Social Democrata. -----



---Respondendo ao deputado **Fernando Monteiro**, afirmou perentoriamente que no que depender da Câmara Municipal, os Presidentes de Junta verão sempre a sua função valorizada e dignificada.

---Agradecendo a intervenção do deputado **Celso Santana**, reiterou que todo este processo foi amplamente discutido com os Presidentes de Junta, e concordou que provavelmente o investimento nas freguesias por esta via ultrapassará em muito os trezentos e cinquenta mil euros (350.000€) previstos. Acrescentou que as visitas às freguesias têm permitido ao Executivo Camarário ter uma maior perceção daquelas que são as reais expetativas e necessidades das Juntas de Freguesia, e que ir ao encontro dos cidadãos e dos seus anseios e preocupações permitirá à Câmara Municipal ser mais sensível na partilha de responsabilidades pela gestão do território com os Presidentes de Junta. -----

---Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Quatro** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e cinco (35) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. Este ponto foi aprovado em minuta. -----

---**PONTO TRÊS, PONTO CINCO – Informação de Alerta precoce de desvios – n.º 1 do art.º 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Informação relativa ao ano de 2016 – Tomada de conhecimento.** -----

---A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, no uso da palavra, apresentou este ponto, explicando que de acordo com o n.º 1 do art.º 56.º da Lei n.º 73/2013, sempre que a dívida total prevista no art.º 52.º da mesma Lei atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três anos de exercício anterior, são informados pela Direção Geral das Autarquias os Presidentes do órgão executivo e deliberativo do município. -----

---Indicou que este alerta da DGAL reporta-se a trinta e um de dezembro de dois mil e dezasseis, pelo que são consideradas as receitas correntes líquidas de dois mil e treze, dois mil e catorze e



dois mil e quinze. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Maria Estela Vieira Freitas** (PPD/PSD), no uso da palavra, declarou que sendo este alerta da DGAL um procedimento automático, quando o total da dívida a trinta e um de dezembro de um determinado ano ultrapassa a média de receitas correntes dos três exercícios anteriores, não deverá ser utilizado para manchar ou questionar de alguma forma o rigor e responsabilidade da gestão das contas públicas dos últimos anos, que permitiu reduzir gradualmente o endividamento do município – trinta e três milhões de euros (33.000.000€) pagos de serviço da dívida ao longo de doze anos – até ao ponto de ser possível proceder à sua renegociação. -----

----Sublinhou que desde dois mil e cinco, os Executivos liderados pelo Partido Social Democrata tiveram o cuidado de garantir uma trajetória de equilíbrio financeiro, cumprindo integralmente os seus compromissos junto dos fornecedores e terceiros, criando condições de sustentabilidade das finanças locais e recuperando a credibilidade financeira, facto assinalado pelos excelentes rácios de *performance* financeira entre os trezentos e oito municípios portugueses. O equilíbrio financeiro do município abriu as portas para a cessação do contrato de reequilíbrio financeiro, o que permitiu à Câmara Municipal beneficiar os Marcoenses com a redução das taxas no IMI, IMT e Derrama. Ademais, a poupança resultante da substituição da dívida, na ordem de um milhão e novecentos mil euros (1.900.000€), permite ao Executivo ter uma maior capacidade de investimento. -----

----Face ao exposto, concluiu a sua intervenção declarando que de forma alguma este alerta da DGAL indica qualquer violação de preceitos legais ou situação que coloque em causa a rigorosa gestão financeira dos Executivos liderados pelo PSD. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Nuno Vítor Diogo Pinto** (PS), nesta sua primeira intervenção na Assembleia, aproveitou para agradecer o voto de confiança dos Marcoenses no Partido Socialista, comprometendo-se a tudo fazer para honrá-lo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 03
REALIZADA EM 24/02/2018

----Declarou que o alerta precoce de desvios da DGAL, referente a trinta e um de dezembro de dois mil e dezasseis, indica tão somente que o valor global de endividamento era superior à média da receita corrente dos três anos anteriores, situação que provavelmente se manterá em dois mil e dezassete, visto não se verificarem alterações de monta no que à receita corrente e ao nível de endividamento diz respeito. -----

----Não deixando de destacar as responsabilidades do Governo do Partido Socialista na possibilidade que se abriu, em sede de Orçamento de Estado, para que o Município de Marco de Canaveses pudesse encetar procedimentos com vista à substituição da dívida, referiu que a redução das taxas de IMI, Derrama e participação fixa no IRS, embora com inegáveis benefícios para a população, têm como contraponto uma quebra nas receitas correntes a partir de dois mil e dezoito, pelo que se torna imperativo encontrar alternativas e soluções para garantir a sustentabilidade financeira futura do município, de acordo com alerta proferido pelo Diretor do Departamento Financeiro, Económico e Social da Câmara Municipal. Entre estas alternativas encontra-se a melhoria dos instrumentos regulamentares e da eficiência na cobrança de taxas, como a de resíduos sólidos urbanos. -----

----Em conclusão, afirmou que ao Executivo da Câmara Municipal exige-se coragem política para assegurar as condições de sustentabilidade financeira que não foram devidamente acauteladas após a cessação do contrato de reequilíbrio financeiro e renegociação da dívida municipal. -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasaleté Cardoso Vieira**, em resposta, manifestou-se surpreendida com a intervenção da deputada **Estela Freitas**, visto nunca ter sido intenção utilizar aquele que é, efetivamente, um alerta automático da DGAL para colocar em causa a reputação da gestão financeira do anterior Executivo, pelo que toda a explanação apresentada resulta ser desnecessária. -----

----Concordando com a intervenção do deputado **Nuno Pinto**, referiu ser necessário otimizar os



processos de cobrança e execução fiscal e rever os códigos regulamentares como medidas para fazer face à quebra de receitas, em cerca de um milhão e meio de euros (1.500.000€), resultante da redução das taxas dos impostos municipais, além de medidas de controlo da dívida, nomeadamente a maximização da participação em projetos com participação comunitária. -----

----Declarou que embora o alerta precoce de desvios da DGAL deva ser adequadamente enquadrado e não seja motivo para alarme, será preocupação constante do Executivo uma gestão responsável que permita ao município manter a sua sustentabilidade financeira. -----

----Concluiu a sua intervenção sublinhando uma vez mais terem sido as medidas adotadas pelo Governo Socialista que permitiram ao Marco de Canaveses libertar-se do plano de reequilíbrio financeiro. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Fernando Luís de Sousa Machado Soares Vales** (PPD/PSD), questionou onde se encontra a informação privilegiada referente ao parecer do Diretor do Departamento Económico, Financeiro e Social da Câmara Municipal, conforme citado pelo deputado **Nuno Pinto** na sua intervenção. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Nuno Vítor Diogo Pinto** (PS), rebatendo a acusação velada de acesso a informação privilegiada, mencionou que a citação do Diretor de Departamento Económico, Financeiro e Social encontra-se na página cinco do documento disponibilizado a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO SEIS – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação do Regulamento do Concurso Nova Identidade do Município do Marco de Canaveses.** -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, no uso da palavra, passou a apresentar este ponto, explicando tratar-se do regulamento que regerá o concurso de ideias do qual resultará a nova imagem gráfica do Município de Marco de Canaveses – que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 03
REALIZADA EM 24/02/2018

acompanhe a evolução e reflita o dinamismo do concelho – através de um processo participativo e aberto a toda a comunidade. Informou que o presente regulamento esteve em discussão pública durante trinta dias, não se registando qualquer sugestão para a sua alteração. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Bruno Sérgio Moreira Caetano** (PS), salientando a importância da criação de uma nova identidade para o Município de Marco de Canaveses, questionou se desta vez será realizado um concurso sério e com objetivo definido, ou se os eventuais concorrentes verão novamente o seu tempo e disponibilidade desperdiçados, à semelhança do que aconteceu com concurso similar lançado no mandato anterior. -----

---A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, em resposta, declarou que o concurso irá decorrer exatamente nos moldes regulamentados. -----

---Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Seis** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e seis (36) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. Este ponto foi aprovado em minuta. -----

---**PONTO TRÊS, PONTO SETE – Informação sobre os compromissos plurianuais face à autorização prévia, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA. Tomada de conhecimento.** -----

---Não havendo inscrições para intervir por parte do plenário, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Jorge Francisco Vieira**, passou de imediato ao **Ponto Três, Ponto Oito** da Ordem de Trabalhos. -----

---**PONTO TRÊS, PONTO OITO – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação da Proposta de Organização dos Serviços Municipais – Moldura Organizacional – 1.ª alteração; Organização dos Serviços Municipais – Estrutura Orgânica Flexível – 1.ª Alteração; Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Marco**



de Canaveses – 1.^a alteração; 1.^a alteração ao Mapa de Pessoal 2018 (art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho). -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, introduziu este ponto, explicando que a proposta de organização dos serviços municipais, aprovada por unanimidade em Reunião de Câmara, tem subjacente duas alterações: a criação da unidade orgânica de Divisão de Contratação e Aprovisionamento, sob a dependência da Presidente de Câmara, e que terá como princípios a concentração e especialização das matérias de contratação pública e aprovisionamento, e a criação de um Gabinete de Informática, que responderá diretamente à Presidência e que congregará todo o pessoal afeto à área da informática. -----

----Não havendo intervenções por parte do plenário, o Presidente da Mesa passou de imediato à votação do **Ponto Três, Ponto Oito**, sendo este ponto aprovado por **unanimidade**, com trinta e seis (36) votos a favor, zero votos (00) contra e zero (00) abstenções. Este ponto foi aprovado em minuta. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO NOVE – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação da composição do Conselho Municipal de Educação do Marco de Canaveses para o quadriénio 2017/2021.** -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, no uso da palavra, explicou que este ponto tem por objetivo cumprir com o estipulado no n.º 1 do art.º 5.º do Decreto-lei n.º 7/2013, de quinze de janeiro, relativamente à designação dos membros a integrar o Conselho Municipal de Educação do Marco de Canaveses para o quadriénio que corresponde à duração do presente mandato. -----

----Não havendo intervenções por parte do plenário, o Presidente da Mesa passou de imediato à votação do **Ponto Três, Ponto Nove**, sendo este ponto aprovado por **unanimidade**, com trinta e seis (36) votos a favor, zero votos (00) contra e zero (00) abstenções. Este ponto foi aprovado em



minuta. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO DEZ – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação da 1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para o Ano Económico 2018.** -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasaleté Cardoso Vieira**, no uso da palavra, apresentou este ponto, começando por destacar a maior flexibilização na utilização do saldo de gerência, permitida em sede da Lei do Orçamento de Estado para dois mil e dezoito, que abre a possibilidade da sua integração no Orçamento Municipal em fevereiro. No referente ao Município de Marco de Canaveses, isto traduz-se na inclusão de dez milhões e trinta e um mil euros (10.031.000€) no Orçamento de receita, e de um milhão, trezentos e cinquenta e cinco mil (1.355.000€) referentes a operações de tesouraria extraorçamentais, ascendendo o Orçamento global a trinta e seis milhões, novecentos e setenta mil, cento e sessenta e nove euros (36.970.169€). -----

----No que concerne à despesa corrente, a revisão orçamental permite incorporar a despesa diferida e reforçar a dotação de rubricas indispensáveis ao normal funcionamento da autarquia – combustíveis, trabalhos especializados e prestações de serviços, transferências para as freguesias e para instituições sem fins lucrativos, transportes escolares, entre outros. O saldo de gerência incorporado permite igualmente reforçar rubricas de investimento, respeitantes à administração geral, habitação, ordenamento do território, saneamento, transportes rodoviários e turismo, para citar alguns. -----

----Explicou estar devidamente cumprida a regra do equilíbrio orçamental estipulada no art.º 40.º da Lei n.º 73/2013. -----

----Por fim, enumerou algumas das rubricas orçamentais criadas ou reforçadas nas Grandes Opções do Plano: Marco Habita Social, Marco Habita Jovem, Marco Investe, reabilitação da zona



envolvente ao edifício dos Paços do Concelho, do Jardim Carvalho e Mello e da Avenida Prof. Doutor Carlos Mota Pinto, Museu Municipal Cármen Miranda, Festas do Marco, Bienal da Pedra, Feira Agrícola, apoio à produção agropecuária, projeto “Douro Verde Experience”, entre outros. --

---O Membro da Assembleia Municipal **Fernando Luís de Sousa Machado Soares Vales** (PPD/PSD), como ponto prévio, apresentou as suas desculpas ao deputado **Nuno Pinto** pelo facto de não ter descortinado na documentação anteriormente apreciada a informação que este citou. ----

---Em seguida, aludindo a um Orçamento Municipal que com a incorporação do saldo de gerência atinge um montante de trinta e seis milhões, novecentos e setenta mil euros (36.970.000€), destacou o rigor e responsabilidade do Executivo do PSD, em mandatos anteriores, na gestão dos recursos financeiros, tendo conseguido promover o investimento necessário e programado, cumprir as suas obrigações para com trabalhadores, fornecedores e parceiros institucionais, e diminuir gradualmente o endividamento municipal, que conduziu à libertação do contrato de reequilíbrio financeiro, muito devido ao grande esforço dos Marcoenses, tendo o Governo, na pessoa do Primeiro Ministro – anteriormente referenciado – se limitado a enquadrar esta janela de oportunidade em sede de Orçamento de Estado. -----

---Tendo o atual Executivo herdado uma Câmara Municipal com fulgor financeiro patentado nos mais de dez milhões de euros (10.000.000€) de saldo de gerência disponível para investimento, salientou como relevante a utilização de parte desses recursos para continuar o projeto de pavimentação de vias desenvolvido nos últimos anos, cumprindo com os compromissos assumidos com as Juntas de Freguesia e com a população Marcoense. -----

---Por outro lado, reforçou que o saldo de gerência herdado permite dar continuidade ao trabalho desenvolvido no PARU – Plano de Ação e Regeneração Urbana, com projetos concluídos e aprovado o respetivo financiamento comunitário, na ordem dos cinco milhões de euros (5.000.000€), entre os quais se incluem a requalificação da zona envolvente aos Paços do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 03
REALIZADA EM 24/02/2018**

Concelho, construção do novo Centro Cultural do Marco e Museu Municipal Cármen Miranda, reabilitação do Jardim Municipal e da Avenida Prof. Doutor Carlos Mota Pinto, além de outros investimentos programados, na área do saneamento, Parque Urbano da cidade, Parque de Lazer de Montedeiras, fachada do Estádio Municipal de Alpendorada, parques infantis, requalificação do parque escolar, criação de parque de estacionamento em Rio de Galinhas, entre outros. -----

---Falou ainda sobre os benefícios para os Marcoenses da redução da carga fiscal, por decisão do anterior Executivo, o que permitirá tornar o concelho mais atrativo ao investimento externo, promovendo em consequência a criação de emprego e a dinamização do tecido empresarial. Realçou que esta quebra nas receitas municipais é compensada pela redução de cerca de um milhão e novecentos mil euros (1.900.000€) no serviço da dívida, decorrente do processo de renegociação da dívida municipal. -----

---Mais destacou, em suma, que o Executivo agora liderado pelo Partido Socialista herdou mais do que dez milhões de euros (10.000.000€) de saldo de gerência, mas também obras adjudicadas e em curso, além de financiamento comunitário garantido para investimentos de grande monta. -----

---Seguidamente, suscitou algumas questões ao Executivo, nomeadamente se está prevista uma intervenção de requalificação da zona industrial de Tuías ou a criação de uma nova área de acolhimento empresarial em Moirinte. -----

---Declarou que tendo o Partido Socialista feito da ação social bandeira na campanha eleitoral, e atendendo às reiteradas críticas lançadas sobre o anterior Executivo, o reforço das rubricas afetas a esta área ficam muito aquém do esperado. -----

---Por fim, manifestando o orgulho do PSD em ter contribuído para que a Câmara Municipal de Marco de Canaveses seja atualmente uma autarquia de contas certas, rigorosas e sustentáveis, recomendou que a gestão do Partido Socialista prime por uma distribuição equitativa dos recursos pelas diferentes Juntas de Freguesia, investindo fortemente na melhoria da qualidade de vida das



populações e na coesão territorial. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Nuno Vítor Diogo Pinto** (PS), no uso da palavra, começou por aceitar o pedido de desculpas apresentado pelo deputado **Luís Vales**, não deixando de alertar, porém, para a importância de se analisar cuidadosamente os documentos antes de se proferirem declarações que podem atentar contra o bom nome dos membros da Assembleia. -----

----Sobre o ponto em apreço e aludindo à intervenção anterior, declarou que insistir na ideia de que o atual Executivo herdou dez milhões de euros (10.000.000€) de saldo de gerência, como se esta verba estivesse inteiramente disponível para novos investimentos, só pode ser interpretado como má fé ou total desconhecimento do funcionamento das finanças públicas. Esclareceu que o saldo de gerência está, em grande parte, consignado a determinadas despesas de funcionamento – como as transferências para as Juntas de Freguesia e despesa corrente diferida – e ao pagamento de obras adjudicadas. -----

----Acrescentou que da análise da revisão orçamental proposta facilmente se conclui tratar-se de um instrumento financeiro que reflete o normal processo de transição política, elaborado com rigor técnico e explanando orientações político-financeiras consensuais. -----

----Por outro lado, apontou como contraditórios os argumentos segundo os quais a Câmara Municipal possui agora quase dois milhões de euros (2.000.000€) adicionais para investimento, fruto da redução do serviço da dívida, quando paralelamente se diz que esta redução compensa de alguma forma a quebra de receitas adveniente da redução das taxas dos impostos municipais. -----

----Devendo toda e qualquer discussão política assentar no princípio da veracidade, louvou o facto de o atual Executivo Camarário liderado pelo Partido Socialista estar a honrar os seus compromissos assumidos com as Juntas de Freguesia e com a população, em áreas como a habitação, turismo, empreendedorismo, educação e formação desportiva, e os compromissos assumidos pelo anterior Executivo, mesmo que nem sempre concorde com estes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 03
REALIZADA EM 24/02/2018

----Concluindo a sua intervenção, apontou o empenho, o rigor e a proximidade aos cidadãos como linhas fundamentais para que a Câmara Municipal possa ultrapassar quaisquer obstáculos que se interponham na senda para o desenvolvimento do Concelho de Marco de Canaveses. -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, em resposta, começou por agradecer a intervenção construtiva do deputado **Nuno Pinto**, que acabou por incidir sobre alguns dos pontos que também teria para comentar. -----

----Respondendo ao deputado **Luís Vales**, revelou não estar disposta a desperdiçar muito mais tempo com a discussão sobre a quem devem ser atribuídos os méritos pela cessação do contrato de reequilíbrio financeiro ao qual a Câmara Municipal de Marco de Canaveses estava sujeita, sendo certo que tanto a gestão autárquica como a iniciativa do Governo em sede de Orçamento de Estado abriram essa possibilidade. -----

----De modo a clarificar aquilo que foi referenciado acerca do PARU, explicou que dos cinco milhões de euros (5.000.000€) apresentados, apenas um dos projetos estava efetivamente aprovado – o projeto de requalificação do cineteatro para ser o novo Centro Cultural do Marco – sendo que os restantes quatro projetos ainda se encontravam em fase de discussão, tendo sido concluídos a tempo de serem introduzidos na plataforma eletrónica dentro do prazo limite (vinte e nove de dezembro). Acrescentou que, infelizmente, o Município perdeu uma majoração de sete e meio por cento (7,5%) na comparticipação comunitária, pelo facto de os projetos não terem sido apresentados até ao mês de julho. -----

----Repetindo o que havia sido mencionado no período de antes da ordem do dia, declarou que sendo o investimento nas zonas de acolhimento empresarial uma das preocupações do Executivo Camarário – nomeadamente na nova área empresarial de Constance, para a qual estão a ser estudadas alternativas de financiamento – certo é que a candidatura apresentada pelo anterior Executivo, em sede de Comunidade Intermunicipal, relativa à zona industrial do Marco, foi



chumbada. -----

----Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Dez** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e sete (37) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções.

Este ponto foi aprovado em minuta. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO ONZE – Apreciação e deliberação de adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM).** -----

----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Jorge Francisco Vieira**, no uso da palavra, esclareceu que este ponto, a ser aprovado, será posteriormente remetido para aprovação da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, sem a qual não será possível formalizar a adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Fernando Luís de Sousa Machado Soares Vales** (PPD/PSD), questionou a pertinência desta proposta, com custos para a Câmara Municipal, tendo em conta que as Assembleias Municipais já estão representadas na Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Joaquim Teixeira Monteiro da Rocha** (CDS-PP), no uso da palavra, defendeu a criação da Associação Nacional de Assembleias Municipais como forma de dar continuidade à luta pela emancipação e valorização destes órgãos deliberativos que se iniciou nos anos dois mil, aproveitando para destacar o papel preponderante do Município de Marco de Canaveses e do Sr. Meneses de Figueiredo, falecido Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, em todo este processo, cujas reivindicações acabaram por ser plasmadas na Lei n.º 5-A/2002. Sublinhou ainda a importância de as Assembleias Municipais terem um órgão próprio e independente que salvaguarde os seus interesses, pelo que votará favoravelmente a presente proposta. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 03
REALIZADA EM 24/02/2018

----Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Onze** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovada por **maioria** com vinte e seis (26) votos a favor, zero (00) votos contra, e dez (10) abstenções. Este ponto foi aprovado em minuta. -----

----Terminada a Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa deu de imediato a palavra à Segunda Secretária, **Maria Gorete Lopes Pinheiro**, para que sejam aprovados em minuta os seguintes pontos: três, ponto dois (**3.2**), três, ponto quatro (**3.4**), três, ponto seis (**3.6**), três, ponto oito (**3.8**), três, ponto nove (**3.9**), três, ponto dez (**3.10**) e três, ponto onze (**3.11**) da Ordem de Trabalhos da única reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. -----

----Nada mais havendo a tratar, quando eram dezasseis horas e quarenta minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezoito, o Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, deu por encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que eu, **Maria Gorete Lopes Pinheiro**, na qualidade de Segunda Secretária, redigi, não transcrevendo na íntegra as intervenções, mas apenas um resumo dos assuntos tratados e das decisões tomadas, uma vez que existe uma gravação e também a transcrição na íntegra que ficam arquivadas, e podem ser lida e ouvida por qualquer membro que o solicite. -----

----(1) A Mesa da Assembleia Municipal, reunida no dia 07/03/2018, para apreciação das faltas dos membros da Assembleia Municipal à sua única reunião da Sessão Ordinária do passado dia 24/02/2018, tomou as seguintes deliberações: -----

----Atendendo aos motivos apresentados, a Mesa deliberou **justificar** as faltas dos Presidentes das Juntas de Freguesia **José Fernando Barros Barbosa**, Presidente da Junta de Freguesia de Tabuado, e **José Leitão do Couto**, Presidente da Junta de Freguesia de Penha Longa e Paços de Gaiolo, os quais se fizeram representar pelos seus substitutos legais: **João Ricardo Rebuge Pereira e Susana Raquel Vieira Pereira**. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 03
REALIZADA EM 24/02/2018

-----O Presidente da Mesa-----

-----Jorge Francisco Vieira-----

-----O Primeiro Secretário-----

-----Bruno Daniel Sousa Caetano-----

-----A Segunda Secretária-----

-----Maria Gorete Lopes Pinheiro-----
